

## DESGLOBALIZAÇÃO OU REGIONALIZAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO? A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO COMÉRCIO EXTERIOR E SEUS ASPECTOS GEOECONÔMICOS E GEOPOLÍTICOS

DEGLOBALIZATION OR REGIONALIZATION OF GLOBALIZATION?  
THE TERRITORIAL REORGANIZATION OF FOREIGN TRADE AND ITS  
GEOECONOMIC AND GEOPOLITICAL ASPECTS

¿DESGLOBALIZACIÓN O REGIONALIZACIÓN DE LA GLOBALIZACIÓN?  
LA REORGANIZACIÓN TERRITORIAL DEL COMERCIO EXTERIOR Y SUS  
ASPECTOS GEOECONÓMICOS Y GEOPOLÍTICOS

**Márcio Rogério Silveira<sup>1</sup>**

 0000-0002-4451-0358  
marcio.gedri@gmail.com

**Nelson Fernandes Felipe Junior<sup>2</sup>**

 0000-0002-5822-5654  
nelfelipejr@gmail.com

**Rodrigo Giraldi Cocco<sup>3</sup>**

 0000-0001-6788-649X  
rodrigo.giraldi@ufsc.br

1 Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGG-UFSC). Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq (nível 2), pós-doutorando no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista sênior de pós-doutorado (PDS) do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4451-0358>. E-mail: marcio.gedri@gmail.com.

2 Professor do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5822-5654>. E-mail: nelfelipejr@gmail.com.

3 Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGG-UFSC). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6788-649X>. E-mail: rodrigo.giraldi@ufsc.br.

Artigo recebido em outubro de 2024 e aceito para publicação em abril de 2025.

**RESUMO:** O presente artigo objetiva analisar a aplicabilidade do termo “desglobalização” ao contexto dos anos mais recentes, baseando-se nos fluxos de comércio internacional, de investimento externo direto e na evolução das cadeias globais de valor e variáveis correlatas. Os defensores do termo têm argumentado que eventos disruptivos, sejam eles aleatórios ou deliberados, estariam na base de comportamentos reativos da economia, conduzindo a um “refluxo da globalização”. Distintamente, nossa hipótese sustenta que reduções na dinâmica dessas interações espaciais deram lugar, na verdade, a regionalizações das dinâmicas próprias à globalização. Nesse contexto, analisaremos imbricações entre aspectos geoeconômicos e geopolíticos recentes, que apontam para “reações em toda a linha” do imperialismo em direção ao Sul Global e seus arranjos regionais. Mas também, uma alta capacidade de países como a China, em contornar esses eventos e expandir parcerias sob a condução do Estado. Nesse sentido, enceta-se algumas lições para a América Latina.

**Palavras-chave:** Globalização. Geopolítica. Comércio exterior. Cadeias globais de valor. Investimento Externo Direto.

**ABSTRACT:** The present article aims to analyze the applicability of the term “deglobalization” to the context of recent years, based on international trade flows, foreign direct investment, and the evolution of global value chains and related variables. Proponents of the term have argued that disruptive events, whether random or deliberate, underlie reactive economic behaviors, leading to a “reversal of globalization.” In contrast, our hypothesis posits that reductions in the dynamics of these spatial interactions have given rise to regionalizations of globalization’s own dynamics. In this context, we will examine the interconnections between recent geo-economic and geopolitical aspects, which point to “across-the-board” reactions of imperialism towards the Global South and its regional arrangements. Additionally, we will consider the high capacity of countries like China to navigate these events and expand partnerships under State leadership. In this sense, some lessons for Latin America are drawn.

**Keywords:** Globalization. Geopolitics. Foreign trade. Global value chains. Foreign Direct Investment.

**RESUMEN:** El presente artículo objetiva analizar la aplicabilidad del término “desglobalización” en el contexto de los años recientes, basándose en los flujos de comercio internacional, de inversión extranjera directa y en la evolución de las cadenas globales de valor y variables correlacionadas. Los defensores del término han argumentado que eventos disruptivos, aleatorios o deliberados, detonarían comportamientos reactivos de la economía, conduciendo a un “retroceso de la globalización”. En cambio, nuestra hipótesis sostiene que las reducciones en la dinámica de estas interacciones espaciales desembocaron, en realidad, a regionalizaciones de las dinámicas propias de la globalización. En este contexto, analizaremos las interrelaciones entre aspectos geoeconómicos y geopolíticos recientes, que apuntan a “reacciones en toda la línea” del imperialismo hacia el Sur Global y sus arreglos regionales. Pero también, una alta capacidad de países como China eludiendo estos eventos y expandiendo asociaciones bajo la conducción del Estado. En este sentido, se extraen lecciones para América Latina.

**Palabras clave:** Globalización. Geopolítica. Comercio exterior. Cadenas globales de valor. Inversión Extranjera Directa.

## INTRODUÇÃO

Um dos primeiros autores a publicizar o termo “desglobalização” foi o sociólogo e ex-congressista filipino Walden Bello, ainda no início dos anos 2000. Em 2002, Bello publica a primeira edição de seu livro *Deglobalization: ideas for a new world economy*, no qual destaca, a partir de uma perspectiva própria acerca do termo, diferentes fases da globalização, apontando que a atual fase – neoliberal e financeira –, se aprofunda e se fortalece a partir de um conjunto de aparelhos ideológicos e de governança mundial do imperialismo. De fato, entre outros, podemos citar o Consenso de Washington (1989), que já incluía recomendações de disciplina fiscal, desregulamentações e liberalização irrestrita das trocas; o FMI e o Banco Mundial, que se consolidaram como “conselheiros do mundo”, criados a partir de Bretton Woods, ainda no Pós-Segunda Guerra Mundial; o estabelecimento da OMC (1994) como institucionalização e expansão das atribuições do GATT (1947), entre outros (Chang, 2009). Noutros termos, vinha se impondo, a partir de instituições no âmbito do comércio internacional, a *ruled-based international order*<sup>4</sup>.

Após crises econômicas subsequentes e discordâncias profundas entre países, nos fóruns internacionais sobre comércio<sup>5</sup>, a expressão “desglobalização” tem auferido um novo emprego. Diferentemente da abordagem de Bello (2002)<sup>6</sup>, após a crise de 2008, a expressão foi utilizada para caracterizar especialmente a desaceleração do comércio internacional.

Com a pandemia do SARS-CoV-2 e suas consequências, essa expressão adquiriu força na imprensa, entre alguns intelectuais e em diversas publicações acadêmicas e jornalísticas. Há uma série de estudos mais recentes, nas mais variadas vertentes, que tratam do tema “desglobalização”, como o artigo *Deglobalization: The Rise of Disembedded Unilateralism*, de Harold James (2018), publicado em um dossiê da revista *International Affairs* (volume 97, setembro de 2021) da *Oxford Academic*. Podemos citar também Karunaratne (2012), Witt (2019), Bergeijk (2019) e Lins (2023), entre outros. O fato é que a globalização – como um instrumento imperialista e factoide do neoliberalismo – foi, ao longo do tempo, descaracterizada, perdendo importância a partir do momento que novos agentes passaram a ameaçar o “império do capital” e seus “Estados múltiplos” (Wood, 2014), tanto no ambiente geoeconômico quanto no geopolítico. Entre esses novos agentes, os quais afetaram substancialmente a governança o processo de globalização, destacam-se a China, a Rússia e, mais amplamente, os BRICS. A China, mesmo tendo entrado na OMC, em 2001, não abdicou de seus projetos de modernização, adaptou-se rapidamente e tirou proveito do grande fluxo internacional de comércio. A Rússia, especialmente com o presidente Vladimir Putin, recuperou-se economicamente e militarmente e retomou seu projeto de potência regional, evitando o esfacelamento do seu território em uma série de outras nações.

Esses eventos demonstram que a globalização, moldada por uma ordem liberal internacional, moldada e alojada no centro do sistema capitalista, não sustenta mais a mesma *primazia* das décadas passadas. Portanto, uma série de *disruptive events*, como a crise financeira de 2008, a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China (2017), a pandemia do SARS-CoV-2 (2019), a “operação militar especial” da Rússia na Ucrânia (2022) – em face ao avanço da OTAN no Leste Europeu – e, mais recentemente, os ataques massivos de Israel sobre o território palestino e libanês (2024), que intensificaram a crise regional no Oeste da Ásia, com repercussões mundiais ainda incertas, colocou em evidência a diminuição e a reorganização do comércio internacional, com destaque às Cadeias Globais de Valor (CGV). Esses fatos amplificaram as especulações sobre a existência de um refluxo no processo de globalização, que passa a ser denominado como “desglobalização”, por certos analistas.

Essa sucessão de eventos se estrutura com base em um histórico de subestimação da China por parte do imperialismo, na medida em que este: 1) manteve uma “aliança” com a China até a *debacle* total da URSS, um dos fatores que ajudaram o país do Leste da Ásia a posicionar-se de modo favorável no plano econômico mundial<sup>7</sup> (Moniz-Bandeira, 2017); 2) jogou todo o seu foco, na década de 1990, em guerras por fontes de energia no Oeste da Ásia (Iraque, com um quinto das reservas de petróleo mundiais na época) e rotas comerciais na África (por exemplo, na Somália, para controlar fontes de petróleo e gás e rotas de comércio, como o Golfo de Áden)<sup>8</sup>; 3) considerava *think tanks*, arautos do neoliberalismo, que profetizavam diuturnamente o colapso da economia e do sistema político chinês. Nenhuma dessas previsões se concretizou.

Por outro lado, ainda que tardivamente, há “reações em toda a linha” (Lenin, 2021) do imperialismo contra essa nova ordem em gestação encabeçada pela China (e militarmente pela Rússia)<sup>9</sup>. Entre outras formas com as quais o “império do capital” busca a contenção desses novos agentes, destacam-se: 1) acordos regionais de contenção da China e de seus parceiros, como na Parceria Transpacífica (TPP), na Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) e acordos bilaterais à revelia de blocos comerciais já consolidados (afetando o Mercosul, por exemplo); 2) guerras comerciais, buscando amputar CGV nas quais a China participa, mas também a Rússia, o Irã e outros parceiros; 3) busca por controle de rotas comerciais, a partir de golpes de Estado e projeção do poder naval (por exemplo, nos países do Mar do Sul da China e do Golfo de Bengala) e outras.

O que se evidencia atualmente é um período de choques e crises que, na realidade, não fazem refluir em absoluto a globalização, mas incorrem na emergência de regiões econômicas e seus países-líderes. Aliás, isso se realiza quando os principais países das regiões detêm um grau significativo de soberania política, militar e tecnológica, credenciando-os a conduzir e consolidar tais blocos. Nesse sentido, o texto também enceta lições para a América Latina.

O objetivo do presente artigo é compreender como os fluxos de comércio, as CGV e o Investimento Externo Direito (IED) mundiais são concretamente acometidos por esses *disruptive events*, *id est*, se de fato essas afetações representam um refluxo do processo de globalização, ou se são apenas momentâneas e conformam rearranjos econômicos com bases regionais. Ressalta-se que o papel do Estado é fulcral nesse contexto, orientando, estimulando e mesmo efetuando diretamente investimentos públicos, além de táticas e estratégias com vistas a contornar os *disruptive events*. A metodologia do trabalho se baseou na seleção e análise de publicações acerca do tema, bem como na análise de dados sobre os fluxos de comércio, IED, Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto por Paridade de Poder de Compra (PIB-PPC)<sup>10</sup> e outros, a partir de bancos de dados de organismos internacionais como SECEX, UNCTAD, UNCOMTRADE, *National Bureau of Statistics of China*, entre outros.

## GLOBALIZAÇÃO, COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: ALGUNS ELEMENTOS PARA ENTENDER A DISCUSSÃO SOBRE A DESGLOBALIZAÇÃO E A REGIONALIZAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO

Desde 2020, ganhou proeminência a ideia de uma suposta “desglobalização”, contudo, o refluxo no processo de globalização é questionável, especificamente quando se verifica uma série de dados econômicos e contornos geopolíticos globais. Florêncio e Araújo (1995), por exemplo, revelam que existe complementaridade entre a regionalização e a globalização, visto que os países envolvidos em um processo de integração regional criam melhores condições para enfrentarem a forte concorrência

internacional, sobretudo nos setores que possuem maior competitividade. Dessa maneira, “Cada processo de integração regional reproduz, num espaço mais restrito, mas com maior veemência, as principais características da globalização. (...) Um país que se engaja em um processo de integração torna-se mais apto a participar do processo de globalização” (Florêncio; Araújo, 1995, p. 81).

Por exemplo, no caso da *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC), destacam-se duas características deste modelo de integração regional. A primeira se refere à capacidade de atender certas demandas dos Estados com menor poder político e econômico no âmbito regional e internacional, como as parcerias tecnológicas e de investimentos da China com o Vietnã e com o México (ferrovias, rodovias, energia, indústria, telecomunicações etc.). A segunda é uma centralidade dedicada às cidades, na estruturação e no funcionamento das redes de produção, circulação e consumo, como os portos, os metrôs, os trens de alta velocidade, a atividade industrial, os serviços e o comércio (Yeo, 2010). Cabe ressaltar que muitas cidades e regiões – cada vez mais, adaptadas ao funcionamento da circulação do capital com compartilhamento de protagonismo das escalas subnacionais – disputam investimentos e maior poder de gestar seu desenvolvimento. Com isso, estrutura-se uma maior atratividade e competitividade territorial (Silveira, 2020).

Nesse contexto, a China é fulcral, pois, ao mesmo tempo, intensifica sua participação no comércio mundial e avança em suas relações internacionais, criando e ampliando acordos e parcerias com outros países da Ásia Central e do Leste (Cazaquistão, Uzbequistão, Coreia do Norte, Vietnã etc.), mas também da América Latina e Caribe (Peru, Chile, México, Cuba etc.), da Oceania (Nova Zelândia) e dos BRICS+.

Podemos citar outros blocos importantes para a estratégia regional chinesa, como é o caso da ASEAN, composta por Brunei, Camboja, Indonésia, Myanmar, Laos, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailandia e Vietnã. Esse bloco se destaca em suas relações com a China, na medida em que envolve uma produção industrial complementar importante à produção chinesa. É o caso de etapas de cadeias produtivas industriais, com componentes eletrônicos e seus produtos acabados (*smartphones*, equipamentos de telefonia/internet, computadores, automóveis e outros).

A estratégia geopolítica e geoeconômica chinesa tem vários objetivos, como o fomento econômico; a garantia de matérias-primas, de alimentos e mercados consumidores; o aumento da sua influência sobre os países periféricos (Ásia, África e América Latina e Caribe); a ampliação das exportações, das importações e dos investimentos externos; a ampliação e consolidação de firmas-líderes de plataformas tecnológicas (com vistas a ampliar sua soberania tecnológica); a aquisição de ativos e terras (ações de empresas, produção agrícola etc.); a construção de infraestruturas (transportes, energia e telecomunicações); a instalação de indústrias (montadoras de automóveis, bens de consumo durável etc.), entre outros.

Contudo, de modo distinto ao imperialismo, os fundamentos com os quais a China se relaciona com o mundo, estão associados aos “cinco princípios de coexistência pacífica”, congruentes ao respeito mútuo, à soberania e à integridade territorial; à não agressão mútua e à não interferência nos assuntos internos das contrapartes; à integridade e benefício recíproco e ao *peaceful development* (ascensão/desenvolvimento pacífico). Fundamenta-se também na ideia de “comunidade global de futuro compartilhado”.

Para as principais potências econômicas e comerciais do mundo (Estados Unidos, União Europeia, China e Japão), as estratégias de integração regional possuem papel considerável na política comercial, mesmo que a estratégia estadunidense seja a de enfraquecer os acordos de integração econômica de outros países. Por exemplo, ao estabelecer relações comerciais bilaterais com Colômbia e Chile, dentre outros, os Estados Unidos buscam enfraquecer a ampliação do Mercosul e da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Vale ressaltar que tais acordos demandam uma

ampla organização de sistemas de normas, de transportes e logística, de tributação etc. Estes são sistematicamente sabotados pelo imperialismo.

Ressalta-se que os acordos regionais e internacionais de comércio são um instrumento para permitir e/ou intensificar a inserção das empresas, das indústrias, dos produtos, dos serviços e dos capitais nos mercados, com proeminência das corporações que atuam em setores de médio e alto valor agregado e conteúdo tecnológico, sobretudo dos Estados Unidos (GE, Ford, GM, Tesla), da Europa (Siemens, Alstom, Stellantis, Volkswagen, Phillips), do Japão (Honda, Toyota, Nissan, Toshiba), da Coreia do Sul (LG, Samsung, Hyundai) e da China (Huawei, Lenovo, ZTE, BYD, Chery). O setor automotivo, incluindo os veículos elétricos, tem relevância no mercado global, com grande capacidade produtiva, de inovação e de conquista de mercados. Na América Latina e Caribe, as principais empresas (montadoras) partícipes do mercado são a Renault-Nissan, a General Motors, a Volkswagen, a Fiat, a Hyundai, a Ford e a Toyota (ANFAVEA, 2024).

A lenta recuperação da economia internacional, desde a crise de 2008, impactou/impacta o comércio global. Esse cenário se caracteriza pela diminuição da demanda agregada, pelo incremento do desemprego, pela queda da renda, pelo aumento da informalidade, entre outros. Diante disso, o relatório da CEPAL (2022) propõe como medida estratégica, que os países da América Latina e Caribe (ALC) atribuam maior ênfase ao comércio intrarregional, assim como ocorre em outras partes do mundo, notadamente na União Europeia, na Ásia e na América do Norte (Acordo entre Estados Unidos, México e Canadá – USMCA que, em 2020, substituiu o antigo Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA).

Vale considerar também os acordos estratégicos e de segurança. Nesse âmbito, “novos” e “velhos” acordos também têm sido renovados e reestruturados, com o intuito de criar cinturões de contenção à expansão chinesa (sem muito sucesso). É o caso do Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD), que iniciou em 2004 e, atualmente, tem por objetivo uma aliança militar entre Estados Unidos, Índia, Japão e Austrália, no intuito de conter a expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX). Organização que é um dos pilares da consolidação da *Belt and Road Initiative*, na medida em que seus participantes estabelecem entre si não apenas acordos comerciais, mas de segurança mútua (alianças estratégicas). O futuro do QUAD é incerto já que Índia e Austrália beneficiam-se das relações comerciais com a China.

As ações para avançar na integração regional dependem de condições políticas favoráveis e de negociações entre os países envolvidos, principalmente para criar maiores possibilidades de participação e de “peso” nas decisões internacionais e no comércio global (produtos agrícolas, carnes, petróleo e seus derivados, manufaturas etc.). Dessa maneira, infere-se que: 1) a estratégia da integração territorial e comercial em escala regional é importante para alavancar o crescimento econômico, especialmente do setor industrial; 2) a integração regional deve caminhar junto com os processos de desenvolvimento endógeno, inclusive para os efeitos da integração serem mais expressivos; e 3) a integração intrarregional – envolvendo a infraestrutura, os investimentos, as parcerias, as tecnologias, o comércio e outros – pode servir de instrumento para uma maior inserção internacional.

A expansão da economia brasileira, em especial com base em sua indústria, seria fundamental à integração regional. Contudo, nos últimos anos, o país líder do Mercosul (e da América Latina) vem exibindo baixo investimento público e privado, principalmente a partir de 2016, fato que não apenas inibe o desenvolvimento nacional e regional, como agrava os efeitos da crise encetada em 2008. Em 2021, o Brasil teve apenas 2% de investimento público em infraestrutura proporcionalmente ao PIB,

sendo inferior aos demais países do BRICS. No mesmo ano, a China investiu 8,9%, a Índia 5,6%, a África do Sul 4,7% e a Rússia 4%. Ademais, o investimento público total no Brasil em relação ao PIB, em 2022, foi de apenas 1% (um dos menores do mundo). No âmbito da América Latina e Caribe (ALC), os países que tiveram os maiores níveis de investimentos, em 2022, foram: Bolívia (11%), Dominica (9%), Haiti (7%) e Equador (6%) (CEPAL, 2022).

De acordo com o relatório da CEPAL (2022), o cenário da ALC entre 2014 e 2020 foi adverso, com reverberações negativas na economia e na sociedade, quais sejam: 1) o PIB da ALC cresceu a uma taxa média de 0,5%, menor do que durante a Primeira Guerra Mundial (onde teve média de crescimento de 0,9%) e durante a recessão da década de 1930 (com 1,3% de aumento na média); 2) o reduzido investimento público e privado (incluindo o investimento estrangeiro) limitou a retomada do crescimento econômico; 3) o mercado de trabalho formal na ALC, comparando com a média mundial, foi o mais impactado pela crise de 2008/2009 e pela pandemia de Covid-19, com uma redução de 9% no número de ocupados em 2020; 4) os índices inflacionários foram elevados no período 2014-2020 na maioria dos países da ALC, com destaque à alta nos preços dos alimentos, combustíveis e energia; e 5) o aumento da desigualdade socioeconômica em muitos países da região, principalmente no Brasil.

Para a ALC e, sobretudo para o Brasil, é fundamental ampliar as inversões públicas e privadas, fomentar a ciência, a tecnologia e as inovações, melhorar as infraestruturas, impulsionar a atividade industrial (substituição de importações e produzir a maior parte internamente) e ampliar o consumo. Segundo o Relatório da CEPAL (2022), a ALC precisa ter uma inserção internacional mais ativa que privilegie a política industrial, a diversificação produtiva, o incremento do comércio (interno e exterior) e a integração intrarregional.

Apesar das repercussões da crise internacional, os países desenvolvidos e, maiormente a China, apresentaram/apresentam condições que minimizam relativamente os seus efeitos adversos, principalmente por possuírem destaque na produção e nas exportações de bens de maior tecnologia e valor agregado. Existem fatores importantes que beneficiam esses países, como os grandes subsídios e financiamentos públicos (com participação efetiva dos bancos de fomento), a política de juros baixos (nos Estados Unidos, na China, na Alemanha etc.), as indústrias competitivas e inovadoras (com forte apoio do Estado), entre outros. No caso específico da China, podemos agregar outros quesitos, como: controle de capitais, câmbio controlado e uma ativa política industrial e de absorção e desenvolvimento tecnológico. Aliás, esses são alguns dos pilares da coexistência entre política de exportação e de expansão do mercado interno chinês (com ampliação da massa salarial e poder de compra, inclusive).

A China assumiu o posto de primeira economia mundial em termos de PIB-PPC, com um total de 32.931,36 bilhões de Int\$<sup>11</sup>, superando os Estados Unidos, com 27.357,83 bilhões de Int\$. Já o Brasil ficou na oitava posição, com 4.085,03 bilhões de Int\$. Cinco das maiores economias em PIB-PPC são países do BRICS+<sup>12</sup>, países que na década de 1990 possuíam economias consideradas subdesenvolvidas, com baixa capacidade de atrair Investimentos Externos Diretos, baixo PIB e um comércio exterior pouco relevante, especialmente na comparação com os países da América do Norte e Europa. O BRICS+ teve, em 2023, um PIB-PPC de 63.618,08 bilhões de Int\$, superior ao do G7<sup>13</sup>, com 52.822,69 bilhões de Int\$ e muito próximo do G20-B<sup>14</sup>, com 70.010,70 bilhões de Int\$ (FMI, 2024).

Considerando o país líder do bloco, a China, é importante notar que seu alto nível de desenvolvimento é também resultado de uma integração regional assertiva, isto é, com base em integração de cadeias produtivas das quais participam vários países da região. O exemplo chinês inclui

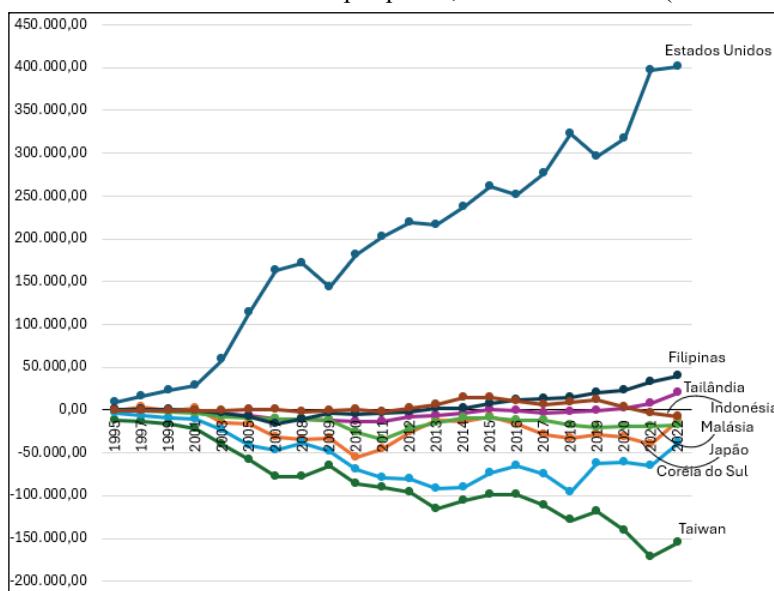
uma estratégia regional no Leste e Sudeste da Ásia, antes mesmo do aprofundamento de estratégias mais recentes que se conformam enquanto uma ampliação e consolidação de parcerias comerciais com “países mais distantes”, como o BRICS+ e a Iniciativa Um Cinturão, Uma Rota<sup>15</sup> (*Belt and Road Initiative*, a “Nova Rota da Seda”, “One Belt, One Road” ou simplesmente Cinturão e Rota).

O fato é que houve uma inserção progressiva da China nas cadeias produtivas globais, inicialmente, com o predomínio de “fabricantes contratados” (*contract manufacturers*), visando um aprendizado industrial mais completo das diferentes etapas produtivas até o produto acabado, para então criar as suas próprias firmas próceres (marcas próprias).

Essa lógica permitiu ao país galgar degraus na hierarquia do valor agregado, logrando uma posição superavitária de comércio com relação a países e regiões, como os Estados Unidos e a Europa, compradores de seus produtos acabados. Nesse sentido, o setor manufatureiro chinês ocupa, por catorze anos, a primeira posição global, constituindo 30% do valor agregado global, o equivalente à soma de todos os países do G7 (Peng, 2024). Porém, nota-se que a balança comercial chinesa é deficitária em relação a vários parceiros asiáticos importantes, notadamente, os países que compõe a cadeia produtiva de produtos eletrônicos (Gráfico 1). É o que alguns autores denominam de lógica do “duplo polo” (Medeiros, 2012), ou seja, a China se tornou o grande exportador/fabricante de produtos de tecnologia da informação e bens de consumo industriais para os mercados ocidentais, conformando assim, o “primeiro polo”. Já como “segundo polo”, a China se converteu em um grande mercado interno importador de componentes intermediários industriais, de países da região (Gráfico 1).

Ao mesmo tempo em que a China já se mostrava consolidada enquanto *contract manufacturer*, imprimia políticas de absorção tecnológica (*joint ventures, reverse engineering etc.*), com vistas a criar suas próprias marcas, tendo como centro de comércio, os grandes mercados consumidores dos Estados Unidos e Europa. Como sabemos, há componentes críticos de alta complexidade que a China importava/importa de parceiros regionais, também dentro dessa cadeia produtiva. Daí advêm os *déficits* comerciais com os países em destaque no Gráfico 1, os quais, não obstante, também vem se reduzindo nos últimos anos.

Gráfico 1. Saldo comercial da China por países, entre 1995 e 2022 (em U\$ milhões).



Fonte: National Bureau of Statistics of China (2024). Dados organizados e atualizados a partir da metodologia de Morais (2012).

A guerra comercial com os Estados Unidos, um *disruptive event* intensificado a partir do Governo de Donald Trump (2017-2021), obrigou a China, como também outros países, a reestruturar-se, adotando uma série de *switching strategies* (mudanças estratégicas), como o *offshoring* (terceirização, na tentativa de transferir parte ou totalmente as operações, buscando menores custos e restrições regulamentares, como normas e tarifas), o *reshoring* (remodelação, que diz respeito ao retorno das indústrias para seu país de origem), o *nearshoring* (proximidade, que envolve a transferência de atividades para países geograficamente próximos à nação de origem da empresa). Longe de conformar-se como um processo de “desglobalização”, essas estratégias demonstram uma reação chinesa com vistas a consolidar e expandir uma produção e comércio globais que, por conseguinte, confronta-se com estratégias por maior proteção dos seus mercados por parte do ocidente, especialmente dos Estados Unidos.

A China tem adotado o *offshoring*, *como tática de triangulação*, readequando e reconfigurando suas cadeias globais de valor, com importantes impactos territoriais. Essa estratégia pode ser observada na própria evolução dos investimentos externos diretos chineses em outros países, que, como se pode observar na Tabela 1, está fortemente calcado em um conjunto de investimentos não financeiros. Já no Gráfico 2, podemos observar a concentração desses investimentos fortemente ancorados na produção.

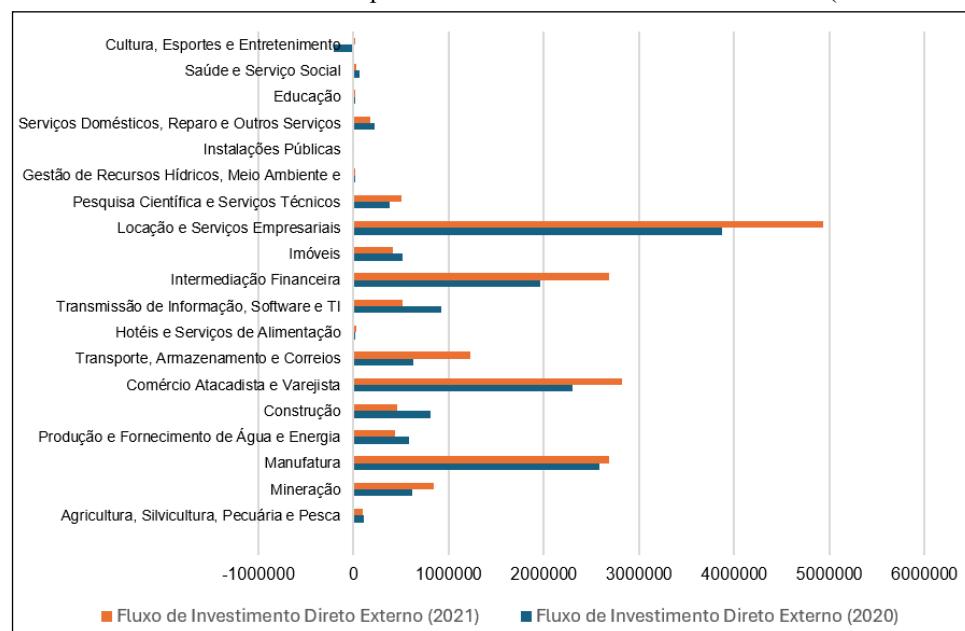
**Tabela 1.** Fluxo e estoque do Investimento Externo Direto da China entre 2002 e 2021 (100 milhões USD).

Anos	IED total (inclusive financeiro, bancário e securitização)	IED (setores não financeiros)	Estoque do IED (ao final de cada ano)	Percentual do IED não financeiro sobre o IED total
2002	27.0	27.0	299.0	100.0
2003	28.5	28.5	332.0	100.0
2004	55.0	55.0	448.0	100.0
2005	122.6	122.6	572.0	100.0
2006	211.6	176.3	906.3	83.3
2007	265.1	248.4	1179.1	93.7
2008	559.1	418.6	1839.7	74.8
2009	565.3	478.0	2457.5	84.5
2010	688.1	601.8	3172.1	87.5
2011	746.5	685.8	4247.8	92.9
2012	878.0	777.3	5319.4	88.5
2013	1078.4	927.4	6604.8	86.0
2014	1231.2	1072.0	8826.4	87.0
2015	1456.7	1214.2	10978.6	83.3
2016	1961.5	1812.3	13573.9	92.4
2017	1582.9	1395.0	18090.4	88.2
2018	1430.4	1213.2	19822.7	84.7
2019	1369.1	1169.6	21988.8	85.3
2020	1537.1	1340.5	25806.6	87.1
2021	1788.2	1520.2	27851.5	85.0

Fonte: National Bureau of Statistics of China (2024).

O destaque para investimentos em “locação e serviços empresariais”<sup>16</sup> (Gráfico 2) se deve ao fato de que estes são fulcrais para o suporte da expansão e instalação do IED produtivo chinês no exterior, isto é, fornecem o suporte necessário para a operação de companhias chinesas *offshore*. Assim, as transnacionais chinesas penetram de forma mais “flexível” e menos arriscada nos demais mercados, o que não significa que a China não opere significativos investimentos em infraestrutura em outros países.

**Gráfico 2.** IED chinês no exterior por setores de atividade entre 2020 e 2021 (USD 10.000).



Fonte: National Bureau of Statistics of China (2024).

Empresas chinesas intensificaram a implantação de filiais em outros países para acessar mais facilmente os mercados ocidentais, com a finalidade de fugir das imposições tarifárias, ampliando a competitividade que, por conseguinte, tem implicações territoriais diversas. As corporações chinesas utilizaram das mesmas estratégias que se tornaram comuns, entre as multinacionais ocidentais, a partir da década de 1980, na busca de menores custos de produção (a terceirização via desverticalização produtiva e das atividades de serviços com rearranjos espaciais diversificados) e de restrições comerciais.

A intensificação da atividade econômica chinesa *offshore* na Ásia e em outros países do mundo, representa, também, um aumento da navegação no Mar do Sul da China. No que diz respeito ao petróleo não-refinado, estima-se que cerca de 14 milhões de barris são transportados pelo Mar do Sul da China e pelo Golfo da Tailândia diariamente (aproximadamente 1/3 da produção global). Aguiar e Fakhouri (2019) destacam que, em 2011, aproximadamente 15,2 milhões de barris de petróleo passaram pelo estreito de Málaca (entre a península da Malásia e a Ilha de Sumatra), a rota mais curta entre os mercados asiáticos e os fornecedores africanos e do Oriente Médio. Destes, 1,4 milhões de barris se destinam aos portos em Singapura e Malásia, onde são reprocessados e revendidos como petróleo refinado, produtos petroquímicos, entre outros usos (Aguilar; Fakhouri, 2019).

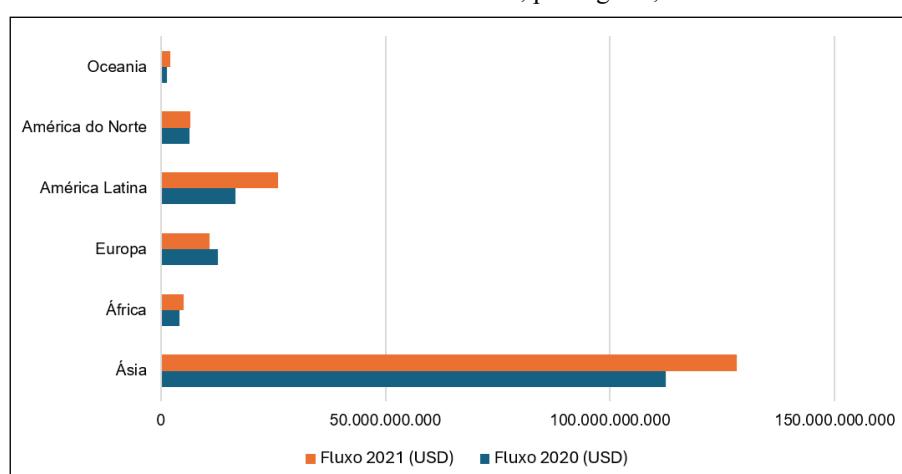
O imperialismo aposta em ideologias capazes de garantir o acesso da *U.S. Navy* a este e outros espaços marítimos mundiais, como é o caso da ideia da *Freedom of Navigation* (FON), como tática cujo fito é dificultar o tráfego de embarcações (sob a escusa de “exercícios militares” e outros) e impor maiores

custos à integração asiática. Os mesmos autores destacam que uma estimativa feita pela divisão chinesa do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) apontou que, assumindo que os petroleiros que ultrapassassem 100 toneladas tivessem que operar em outros estreitos próximos (Lombok e Sunda) em face ao fechamento de uma semana do estreito de Málaca, haveria cerca de US\$ 64,5 milhões em custos adicionais de frete (Aguilar; Fakhoury, 2019). Já o fechamento de todos os estreitos do sudeste asiático forçaria as embarcações a navegarem em volta da costa sudeste da Austrália, em direção ao norte pelo Mar das Filipinas, com um custo adicional mensal de US\$ 2,8 bilhões (Aguilar; Fakhoury, 2019). É fácil compreender como estes constrangimentos marítimos gerariam um efeito negativo sobre as cadeias de valor asiáticas, em especial aquelas lideradas pela China, devido ao aumento dos custos gerais de insumos. Veja-se, por exemplo, o caso das relações da China com os países da ASEAN, as quais perfazem rotas marítimas, aéreas e terrestres que exigem ampla fluidez.

Dentro da ASEAN, países como Filipinas, Malásia e Tailândia, compõem parte do processo produção de semicondutores, dos quais, uma fração deles – sobretudo os mais complexos –, são produzidos em outros locais, como Taiwan (TSMC), Coréia do Sul (Samsung) e Japão (Toshiba). As principais etapas que cabem a esses países da ASEAN são os testes e o encapsulamento de semicondutores. Em 2020, a indústria de semicondutores representou 62% das exportações das Filipinas e no mesmo período, componentes eletrônicos e *smartphones* foram 40% das exportações do Vietnã. A ASEAN, considerando, de conjunto, seus 10 países, participa com 22,5% no mercado global de semicondutores (ASEAN, 2024). É importante destacar que a China ainda não produz internamente semicondutores em quantidade suficiente para suprir plenamente sua própria indústria de produtos acabados, por isso, a exportação de semicondutores para a China, por parte desses países, é significativa.

Ademais, a China também tem estabelecido nesses países linhas de montagem, a partir de suas marcas próceres. Trata-se de uma *competitive strategy*, especialmente porque esses países, sem grandes restrições comerciais com os Estados Unidos e seus aliados, servem de plataforma de exportação para as empresas chinesas, performando uma triangulação via *offshoring*. É o caso de empresas como Huawei, BYD e GWM (Tailândia), Geely (Malásia), Xiaomi e Lenovo (Indonésia), Haier (Filipinas) e Gree (Vietnã). Nota-se como o IED chinês é presente nesses países, comparativamente a países de outras regiões (Gráfico 3).

**Gráfico 3.** Fluxo do IED chinês no exterior, por regiões, entre 2020 e 2021.



Fonte: National Bureau of Statistics of China (2024).

Adicionalmente, a China vem buscando internalizar as partes mais complexas dessas cadeias de valor regionais, ampliando a produção de certos *chips*, por exemplo, aqueles utilizados em sua indústria de carros elétricos (EVs). Outro exemplo é o do valor agregado domesticamente, no ramo de componentes para telefonia e internet, que passou rapidamente de 12,5% em 2002, para 43,6% em 2007 (Koopman; Wang; Wei, 2011 *apud* Morais, 2012), mostrando que esse processo já vinha em gestação desde o início dos anos 2000 (Morais, 2012).

Essa também é a abordagem de Sarti *et al.* (2023), ao destacar que a produção da China avançou para outras fases localizadas mais no “início” das cadeias globais de valor (*design*, concepção de produtos etc.) e na incorporação de insumos/componentes intermediários de alta tecnologia (fulcrais na cadeia produtiva de certos produtos), antes apenas importados. Mas, ao mesmo tempo, ela amplia a diversificação e a complexidade de suas exportações, diferentemente do Brasil e de outros países da ALC, que, embora também se localizem no “início” das CGV, aportam principalmente matéria-prima, nessas cadeias (Sarti; Troncoso; Marcato, 2023).

Ainda no caso chinês, vale ressaltar que essas ações, além de buscar internalizar maior fatia da cadeia de valor, mostram-se também como sendo uma resposta à guerra comercial iniciada no Governo Donald Trump, que se estende para o governo Joe Biden (2021-2024). Devido à guerra comercial, empresas chinesas como Huawei e ZTE foram perdendo o acesso a *microchips* e outros componentes de alta tecnologia, devido à proibição dos Estados Unidos<sup>17</sup>. Na esteira desse processo, a Huawei dobrou de 30% para 60% o percentual de insumos e componentes produzidos na China, para celulares de quinta geração<sup>18</sup> (Matsumoto; Ryugen; Kawakami, 2021 *apud* Moreira, 2022).

Graças não apenas a esses arquétipos, mas a um conjunto de ações do Estado chinês, a qual extrapola o ramo da indústria eletrônica, já a partir de 2011, observa-se uma balança comercial mais favorável à China, em relação a países como Malásia (saldo negativo 47% menor, entre 2011 e 2022), Tailândia (de um saldo negativo, passa a um saldo positivo na balança comercial), e, mais recentemente (2018 até a atualidade) com relação ao Japão e a Coreia do Sul, reduzindo *déficits* na balança comercial (Gráfico 1). Não obstante, geralmente, segue-se ampliando o saldo comercial em relação aos Estados Unidos.

Destarte, tal como expõe Morais (2012) e Medeiros (2006), uma das estratégias da China tem sido a de manter a cadeia produtiva regional em funcionamento – e aos poucos, internalizar etapas desse processo produtivo que incorporem mais valor –, ao mesmo tempo em que mantêm um saldo positivo de grande amplitude, em relação aos grandes mercados consumidores ocidentais, mas também, de modo sustentado, mantendo o mercado interno doméstico aquecido (ampliação do poder de compra do trabalhador chinês).

Na última década, temos assistido à consolidação de firmas-líderes de cadeias de valor globais chinesas, em setores de ponta (Huawei, Lenovo, ZTE, Xiaomi, BYD, GWM) o que é favorável ao desenvolvimento chinês, já que a China passa a incorporar fatias de valor, das CGV, cada vez maiores. Isso possibilita à China estabelecer, como atividade *core*, atividades que incorrem em maior valor, como *design*, concepção de produto, P&D, propriedade da marca etc., enquanto países como Camboja, Laos, Filipinas, Malásia e outros, podem galgar novos degraus das CGVs.

Contudo, não se trata de um processo automático. Para que essa estratégia, do ponto de vista dos demais países da região, seja vitoriosa, urge um papel diretivo de seus Estados nacionais. Na própria China, o esforço inicial de P&D é feito, especialmente, por firmas estatais e firmas coletivas (Morais, 2012). Com esse método, encabeçado por uma estrutura política sólida e comprometida com o

desenvolvimento nacional, a China pôde “escapar” da lógica perversa das “maquiladoras” mexicanas. Vale ressaltar que em outros setores e ramos, a China tem extrapolado essa regionalização, tendo outros países como plataforma de suas CGV, como na indústria automobilística e eletrodomésticos, que já tem presença na América Latina e na África, entre outras regiões do mundo.

De modo mais geral, nota-se que há fatores indutores de transformações nas corporações, no comércio e nas CGV, gerando reflexos nas redes de produção e circulação, como: 1) as inovações tecnológicas e organizacionais, comandadas pelas grandes corporações e pelo Estado (automação, robótica, tecnologias da informação e comunicação – TIC etc.); 2) a sustentabilidade que influencia as decisões, as ações e os investimentos (inclusive dos bancos de fomento), em decorrência das demandas/exigências dos mercados; 3) as pressões internacionais pelo combate à corrupção, à evasão fiscal, às práticas não concorrenenciais, às más condições de trabalho, entre outros (Lins, 2023).

Avançar na integração regional, tal como tem feito historicamente a China, não significa se “fechar para o restante do mundo”, pelo contrário, a regionalização deve servir como meio para se inserir de maneira mais competitiva em âmbito internacional. Ou seja, a regionalização não é antagônica à globalização, por um lado, pelo fato de que muitas etapas produtivas de determinados ramos e setores são ainda significativamente “globalizadas”, como a produção de *softwares* e muitos ramos do setor de serviços. Por outro lado, pelo fato de que a regionalização da produção pode criar condições para que os países periféricos ganhem força relativa nas esferas política, comercial e inclusive militar, como mostra o exemplo chinês.

Os processos nacionais de desenvolvimento e o avanço da integração regional são estratégias que podem fortalecer a soberania das nações e combater as desigualdades sociais e territoriais, especialmente na ALC. Esse, inclusive, é um ponto frágil da ALC, comparativamente à China e sua inserção na Ásia, pois é preciso ter certo grau de soberania, justamente para colocar em marcha determinadas estratégias regionais – não apenas acordos comerciais ou uniões aduaneiras, mas especificamente estratégias de integração produtiva regional – e, ainda, dissuadir intervenções do imperialismo sobre seus parceiros, o que é ainda mais difícil. Destarte, nota-se como as estratégias de integração regional são uma forma de contornar os efeitos de *disruptive events*, sobretudo no caso chinês, um país capaz de realizar projetamento a partir de um Estado forte e soberano. Vejamos a seguir, como parte desses eventos disruptivos são estratégias geopolíticas do imperialismo, mas também como seus efeitos econômicos não significam, exatamente, um processo de “desglobalização”.

## **EVENTOS GEOPOLÍTICOS E GEOECONÔMICOS SOB O IMPÉRIO DO CAPITAL E SEUS EFEITOS SOBRE A REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA ECONOMIA MUNDIAL**

Em 1996, na primeira edição do livro “A mundialização do capital”, François Chesnais, objetivou uma crítica ao que se convencionou chamar de “globalização”. Ele destacou que a expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente ao termo inglês “globalização” (Chesnais, 1996). O que está mundializado é o capital e todos os atributos que permitem a ele operar de forma mais rápida, segura e eficiente (Chesnais, 1996). Outros autores (Hirst; Thompson, 1998; Gonçalves, 1999, 2003; Losurdo, 2010; Belluzzo, 2013, entre outros) soldaram ao termo globalização, os enfoques substancialmente econômicos, tirando do “radar” as perspectivas de uma integração global mais ampliada.

Na perspectiva de Chesnais (1996), a globalização se aplica à crescente internacionalização econômica, associada a massivos investimentos externos, ampliação da distribuição espacial de atividades econômicas, especialmente ligadas à produção, entre países ou regiões mundiais, vertiginosos avanços nos sistemas de comunicações (e em processamento e transmissão de dados) e transportes (revolução nos sistemas de transportes, armazenamento e logística) e densos fluxos comerciais (mormente de peças e componentes industriais). Chesnais (1996), afirmou que a “globalização” consubstancia a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta globais.

Com alguns eventos disruptivos (*disruptive events*) globais que, segundo Lins (2023), datam inicialmente de 2007-2008, brotam alguns questionamentos sobre os rumos da globalização. De acordo com o KOF, um instituto de pesquisas econômicas suíço que mede o índice de globalização, o processo de globalização, que cresce desde a década de 1970 – e se intensifica após o fim da Guerra Fria, no início dos anos de 1990 –, ainda não recuperou patamares observados anteriormente à pandemia do Sars-Cov-2 (KOF, 2024). Por mais que a globalização, segundo o índice, tenha aumentado moderadamente, ainda no final de 2023, permanece abaixo do nível de 2019. Um fato marcante é que enquanto a globalização econômica está mostrando sinais de recuperação, a “globalização social” é caracterizada por uma série de restrições históricas que, por conseguinte, amplia-se constantemente e as políticas restritivas de imigrações refletem isso muito bem. Portanto, o que impõe na dinâmica da globalização é a variável econômica.

Os “eventos disruptivos”, segundo Lins (2023), têm algumas características, quais sejam: 1) começaram com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos de 2008; 2) seguiram com a guerra comercial travada entre os Estados Unidos e seus aliados e a China, desde 2017, com o governo de Donald Trump; 3) aprofundaram-se com a pandemia da Covid-19, no início de 2020; e 4) agravaram-se com o conflito na Ucrânia, em fevereiro de 2022. O que fica mais evidente é que esses *disruptive events* instigam, ao longo dos anos, afirmações sobre uma “desglobalização”.

James (2018), entre outros autores, defende a existência de uma “desglobalização” em curso, baseando-se especialmente na crise financeira de 2008 como sendo um *disruptive event*. Entretanto, ele deixa claro que isso não implica necessariamente em um colapso, mas em uma estagnação, devido à diminuição dos fluxos financeiros transfronteiriços. Outro ponto que reforça seu argumento é que o comércio internacional não cresceu tão rapidamente como antes da crise de 2008, mas isso pode ser a consequência do encurtamento das cadeias de abastecimento pela tecnologia. Por fim, afirma que a “desglobalização política” avançou muito mais rapidamente, mas isso não reduziu radicalmente o comércio (James, 2018).

O que os eventos disruptivos balizam são rearranjos econômicos globais e regionais que, de modo consequente, influem nas reorganizações espaciais. São, portanto, eventos relacionados aos conflitos geoeconômicos e geoestratégicos, voltados à manutenção da hegemonia global. Assim, fica evidente a crise do “império do capital”, em face à presença cada vez maior de posturas contra-hegemônicas e o processo de implantação de uma hegemonia multipolar. Ellen Wood (2014, p. 11) aponta que “o modo capitalista de imperialismo econômico é o primeiro imperialismo da história que não depende apenas da captura de um território, ou da dominação de determinado povo”. Sua agressividade está em “supervisionar todo o sistema global de Estados e assegurar que o capital imperial possa navegar com segurança e lucratividade por todo esse sistema.

Nesse contexto, procura-se não somente resolver os conflitos com os Estados “bandidos” ou os Estados “fracassados”, mas também manter os Estados subalternos vulneráveis à exploração (Wood, 2014). Por fim, a autora, em linha com clássicos como V. I. Lênin, explana que “para ser realmente eficaz, o imperialismo tem de estabelecer a supremacia política e militar de uma potência sobre todas as outras”, porque, se o capital global precisa de um sistema ordenado de múltiplos Estados, é difícil ver como ele poderia tolerar um sistema no qual o poder militar é distribuído de forma mais ou menos igualitária entre os diversos Estados” (Wood, 2014, p. 11).

Nesse sentido, o que se observa atualmente é uma disputa do império do capital (e seus Estados múltiplos) com a Rússia e a China. Os conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio evidenciam isso. Assim, o império do capital está, atualmente, atuando em quatro grandes frentes: 1) o enfraquecimento político e militar da Rússia e, subsequentemente, a fragmentação do seu território em uma série de Estados políticamente e militarmente fracos, permitindo acesso e controle fácil das fontes de hidrocarbonetos e de minerais estratégicos; 2) ao enfraquecer a Rússia, diminui a possibilidade de uma aliança estratégica China-Rússia e, com isso, atenua o poder global e regional da China; 3) uma guerra comercial declarada com a China, com a finalidade de fragilizar a produção industrial, tecnológica e a liderança econômica da China; e 4) o enfraquecimento da União Europeia e a reconfiguração de uma ordem global com liderança plena dos Estados Unidos. O Brexit, as sanções contra a Rússia, o financiamento à Ucrânia e a guerra comercial por procuração contra a China são bons exemplos, pois todos esses fatores atuam para gerar uma crise econômica e política, especialmente na “zona do Euro”.

Portanto, esse “canibalismo”, um novo comportamento da superpotência estadunidense, tem como vítimas suas contrapartes imperialistas e outros parceiros próximos. A destruição do gasoduto Nord-Stream II, em setembro de 2022, afetando o fornecimento de gás à Europa e, em especial, à Alemanha, é outro exemplo desse canibalismo. Já no quesito político, o imperialismo sustenta a manutenção de um governo neoliberal (Emmanuel Macron) na França, a despeito dos interesses de parte do setor produtivo e da população. Algo que também ocorre com a manutenção de Ursula von der Leyen para o segundo mandato como presidente da Comissão Europeia. Obviamente, essas quatro frentes estão relacionadas às novas reconfigurações geoeconômicas e geopolíticas globais. O objetivo dessas 4 frentes de atuação é enfraquecer uma multipolaridade baseada em lideranças regionais, como China, Rússia, União Europeia, Estados Unidos, dentre outros.

Entretanto, o projeto de mundo do “império do capital” e seus “Estados múltiplos”, por mais que esteja em curso, não ocorre totalmente como planejado, pois as contradições são constantes, como as consequências do conflito com a Rússia. As sanções ocidentais não impedem o crescimento da economia russa e a instabilidade econômica e política amplia-se nos Estados Unidos e especialmente entre seus aliados, os países europeus. No Oriente Médio, a “solução final” (extermínio da população civil) deflagrada pelo governo sionista de Israel contra os territórios palestinos (sob a defesa guerrilheira do Hamas), tem levado à arregimentação de forças de resistência árabes (Hamas-Houthis-Hezbollah-FPLP) conduzindo a revezes do Estado proxy do imperialismo (Israel) e, inclusive, ameaças de expulsão da US Navy no Mar Vermelho. A China, mesmo na ONU (1970), no Banco Mundial (1980), no FMI (1980) e na OMC (2001) e com todas as pressões sofridas, não tem abandonado seus projetos liderados pelo PCCh (Partido Comunista Chinês). Em agosto de 2024, o Comitê Central do Partido Comunista da China decidiu aprofundar a modernização chinesa e, por conseguinte, estabeleceu sessenta pontos, entre os quais, destaca “(...) implementar a iniciativa de desenvolvimento global, a iniciativa de segurança

global e a iniciativa de civilização global e defender a multipolarização mundial equitativa e ordenada e uma globalização econômica universalmente benéfica e inclusiva" (CHINA, 2024, p. 49).

Portanto, os próprios *disruptive events* são elementos destas contradições, que, apesar de criados pelo imperialismo, interferem em seu projeto de hegemonia global, pois influenciam nas variáveis políticas e econômicas das quais o império também participa. Essas interferências também não fogem completamente ao seu "radar".

### **Efeitos dos eventos disruptivos sobre o comércio internacional, o IED e as cadeias globais de valor**

Ao considerar a participação do comércio global no PIB mundial, entre 1970 e 2008, houve um aumento significativo, porém no período 2009-2021, ocorreu uma diminuição (Tabela 2). Existem fatores explicativos dessa reversão, caso da crise financeira de 2008, da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, da pandemia de Covid-19 e do conflito Rússia-Ucrânia. As consequências desses eventos não se limitam à economia e ao comércio, mas também se manifestam na política e na sociedade.

**Tabela 2.** Participação do comércio global no PIB mundial.

<b>Anos</b>	<b>Participação do comércio no PIB mundial (%)</b>
1970	26
1980	39
1990	38
2000	50
2005	57
2006	59
2007	59
2008	61
2009	53
2010	57
2011	60
2012	60
2013	59
2014	59
2015	56
2016	54
2017	56
2018	58
2019	56
2020	52
2021	57
2022	63

Fonte: Banco Mundial (2024).

Até 2008, ocorreu incremento da participação das CGV no comércio mundial, chegando a 33% no ano supracitado (Tabela 3). Esse tipo de configuração produtiva – caracterizada pela divisão internacional do trabalho (DIT) – apresentou, a partir de 2009, um decréscimo, o que evidencia uma menor relação dessas estruturas no comércio global. “Portanto, não parece equivocado considerar que o modelo CGV, tornado quase paradigmático da globalização contemporânea, sofreu abalo no período recente” (Lins, 2023, p. 04). Vale ressaltar que após reduções consecutivas até o ano de 2020, conforme apontado na Tabela 3, em 2021, as CGV retomam os patamares de 2014 (31% de participação) e, em 2023, ela chega aos 36%.

**Tabela 3.** Participação das cadeias globais de valor (CGV) no comércio mundial (1990-2023).

Anos	Participação das CGV no comércio mundial (%)
1990	24
1995	27
2000	28
2005	30
2006	31
2007	32
2008	33
2009	30
2010	31
2011	32
2012	31
2013	31
2014	31
2015	29
2016	29
2017	29
2018	29
2019	29
2020	27
2021	31
2022	33
2023	36

Fonte: ADB (2024), Lins (2023) e UIBE *et al.* (2024).

Assim, as CGV – diferentemente do que muitos imaginavam – não sofreram um abalo significativo no período pós-2008. Na verdade, elas acabaram se reestruturando, ao considerar os aspectos organizacionais, tecnológicos, de demanda, de oferta, de localização das atividades e de adaptação ao mercado. Somam-se, ainda, outros fatores importantes nesse contexto, como a participação dos BRICS (notadamente a China e aprimorado com o BRICS+) como espaços de produção, circulação e consumo, bem como as parcerias e os fluxos Sul-Sul (que têm o Brasil como partícipe) (Lins, 2023).

Nesse sentido, segundo Lins (2023, p. 07), a “(...) crise não reverteu a globalização, e sim acelerou duas tendências de longo prazo na economia global: a consolidação das CGV e o crescente destaque de mercados no Sul”. Caracterizando, portanto, a resiliência das cadeias globais de valor aos chamados eventos disruptivos. O argumento de “*deglobalization*”, com base nas cadeias globais de valor, pouco se sustenta. O que há é uma reorganização espacial das cadeias de suprimentos que, por consecutivo, também interferem na organização das CGV, fruto dos *disruptive events*, mas sem o efeito de “desglobalização”. Todas essas mudanças são tanto fruto da geoeconomia quanto da geopolítica, em especial, somado ao processo no qual novas potências contra-hegemônicas ameaçam a atual hegemonia dos Estados Unidos.

Em resposta às dificuldades existentes – impostas, principalmente, pela crise econômica de 2008, pela guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, pela pandemia de Covid-19 e pelo conflito Rússia-Ucrânia – as cadeias de suprimento locais e/ou regionais ganharam/ganham proeminência. Logo, é ilusório achar que as empresas conseguem resolver todos os problemas vigentes (como afirmam muitos neoliberais), pois a atuação do Estado é fundamental na confrontação desses desafios. As relações políticas mais estreitas ou a animosidade entre países são análogas às relações e interesses econômicos.

Uma série de cooperações econômicas e ações diplomáticas, com base nos princípios de coexistência pacífica, entre a China e seus parceiros, têm minimizado as disputas e as desavenças entre essas nações. Não obstante, as três crenças da ordem liberal internacional falharam: 1) a que o livre comércio de bens e serviços conduzem à “prosperidade geral”; 2) a que a interdependência econômica produz paz entre os Estados; e 3) a que o fortalecimento do liberalismo amplia o processo de democratização independentemente de onde um Estado esteja no globo. Essas afirmações são tanto uma falácia, quanto um aspecto ideológico da dominação imperialista, especialmente quando as lideranças dessa ordem liberal atuam veementemente para promover golpes de Estado e ações antidemocráticas em outros países, como no Iraque, Líbia, Afeganistão, Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador, Bangladesh, Paquistão, Turquia e muitos outros.

As parcerias e os acordos sul-sul, assim como a intensificação da integração regional, são exemplos de estratégias para o enfrentamento de alguns problemas, em especial, das cadeias de fornecimento. O que se evidencia é que essas parcerias e acordos comerciais, quando desacompanhados de uma política industrial assertiva e de um ágil aporte de infraestruturas de transportes e comunicação (ao menos por parte dos países líderes regionais), além das inovações organizacionais em logística, mostram menor eficiência no que se refere à integração regional e o desenvolvimento. Nesse contexto, também valem alguns comentários acerca do Mercosul, da inserção do Brasil nesse bloco regional, bem como acerca de outros blocos regionais.

### **Efeitos específicos dos eventos disruptivos sobre blocos regionais: o desempenho diverso do Mercosul, da USMCA, da União Europeia e do BRICS**

O Mercosul perdeu importância relativa na pauta de comércio exterior do Brasil, principalmente a partir de 2014, em termos de volume e valores comercializados. Em contrapartida, entre 2003 e 2011, aconteceu um aumento expressivo da corrente de comércio (exportações e importações) entre o Brasil e o Mercosul (Tabela 4).

**Tabela 4.** Comércio entre o Brasil e o Mercosul (1991 e 2001-2024).

<b>Anos</b>	<b>Valor total (bilhões de dólares)</b>
1991	5
2001	15
2002	10
2003	12
2004	16
2005	20
2006	24
2007	30
2008	38
2009	30
2010	41
2011	49
2012	44
2013	46
2014	39
2015	32
2016	31
2017	36
2018	36
2019	29
2020	25
2021	34
2022	40
2023	41
2024	21*

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), 2024.

Obs.: (\*) até julho de 2024.

Entre 2001 e 2011, o comércio entre o Brasil e o Mercosul teve incremento de 238%. Nesse mesmo período, as exportações brasileiras com destino ao Mercosul representaram, em média, 11% do total do país. Todavia, entre 2012 e 2023, o comércio do Brasil com os demais países do Mercosul reduziu (sobretudo no período 2014-2021), de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Isso está relacionado ao contexto de recessão econômica dos países-membros (especialmente o Brasil e a Argentina), com impactos negativos no emprego, na renda e no consumo. Essa mudança tem relação também com o aumento das importações de bens de consumo simples e duráveis da China, como roupas, calçados, automóveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos. Tal fato implicou no aumento das exportações de insumos para a China (especialmente minérios e do agronegócio) e no incremento das importações de bens manufaturados, o que diminuiu o comércio destes bens entre os países do Mercosul, notadamente as exportações do Brasil.

Principalmente a partir dos anos 2000, houve avanço no processo de integração regional dos países e das economias no mundo. No entanto, a integração na América Latina e Caribe é menos significativa quando comparada a outras regiões, em especial, a Europa e a Ásia. Alguns fatores devem ser considerados, quais sejam: 1) os pontos de estrangulamento nas infraestruturas de transportes, armazenamento, telecomunicações e energia (concessões neoliberais, baixos investimentos, descontinuidade das redes de transmissão etc.); 2) os menores financiamentos, subsídios, inovações e apoio estatal em comparação aos países desenvolvidos e, em especial, à China; 3) a reduzida agregação de valor e tecnologia na produção em muitos países da América Latina e Caribe, com predomínio das exportações de *commodities* agrícolas e minerais; e 4) as mudanças políticas que prejudicam as ações de integração territorial, tecnológica, comercial e de defesa (especificamente em governos neoliberais e pró-imperialistas) (Acosta, 2022).

Os países da ALC possuem as menores taxas de comércio internacional proporcionalmente ao produto interno bruto (PIB), com 43,3% em 2019. Este valor é inferior quando comparado aos 55,3% dos países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e aos 59,4% da Europa, de acordo com as informações do Índice de Desenvolvimento Mundial de 2020. No caso do Brasil, apesar do seu destaque econômico e comercial na América Latina e Caribe, o país tem uma taxa de 32% de comércio internacional em relação ao seu PIB (Acosta, 2022). Se, por um lado, arrefeceu a participação do Mercosul no comércio exterior brasileiro, por outro, o comércio regional é significativo para os Estados Unidos, para a União Europeia e para a China.

Apesar de haver uma reorganização das relações comerciais entre os países e entre as corporações (intercorporativas e intracorporativas), não há sinal de que a globalização econômica apresente elementos consubstanciais de retrocesso. O que se torna visível e preocupante para o centro do sistema capitalista é a maior representação dos BRICS e depois dos BRICS+ na economia mundial, especialmente no comércio e no controle de recursos estratégicos (minerais, alimentares e hidrocarbonetos).

Uma análise mais apurada dos dados econômicos dos países do G20-B (exceto os países dos BRICS+ e a União Europeia) e dos BRICS+ permite mirarmos melhor a “regionalização da globalização”, além da correlação de forças geopolíticas atualmente presentes (Tabela 5).

**Tabela 5.** Comparativo entre IED, Comércio exterior, PIB e PIB-PPC dos países do G20-B e dos BRICS+, entre 1990 e 2023 e seu crescimento percentual.

	<b>Anos/Variação em %</b>	<b>G20-B</b>	<b>BRICS+</b>
<b>IED</b>	1990	160,8	6,8
	2023	932,1	334,6
	Variação (%)	480%	4.821%
<b>Comércio Exterior</b>	1990	2.481,9	297,1
	2023	8.116	5.847,8
	Variação (%)	227%	1.868%
<b>PIB</b>	1990	16.314,6	2.058,5
	2023	38.445,5	28.450,5
	Variação (%)	136%	1.282%
<b>PIB-PPC</b>	1990	16.504,8	4.756,8
	2023	70.010,7	63.618,1
	Variação (%)	324%	1.237%

Fonte: Banco Mundial (2024); FMI (2024).

Observa-se que, em todos os quesitos (Tabela 5), os países dos BRICS+ mostram crescimentos percentuais de maior amplitude. No entanto, os preços das matérias-primas e *commodities* (petróleo, milho, alumínio, gás natural, zinco, ferro, níquel etc.) tiveram queda expressiva a partir de 2015, sendo resultado da desaceleração da demanda internacional e da forte valorização do dólar em relação a outras moedas. Essa situação representa um desafio para muitos países produtores, em especial, da América do Sul. Em condições políticas favoráveis, é relevante fomentar a atividade industrial na região com base na substituição de importações e na agregação de valor e tecnologia, precipuamente no Brasil, pois isso promove reverberações positivas na economia. Como estratégia, seria interessante o Brasil realizar *joint ventures* com outros países (caso da China), com transferência de tecnologia principalmente para o setor industrial.

Os fluxos de mercadorias em âmbito internacional ocorrem, majoritariamente, por meio do transporte marítimo. Em 2022, este modal foi responsável por 90% do volume do comércio mundial, de acordo com dados da Organização Mundial do Comércio (OMC). No mesmo ano, foram 50 mil navios mercantes de mais de 150 países realizando o transporte de 11 bilhões de toneladas de cargas. Dos dez principais portos do mundo em valores de importação e exportação, nove são da Ásia (sendo sete chineses): Xangai (China), Cingapura (Cingapura), Ningbo-Zhoushan (China), Shenzhen (China), Qindao (China), Guangzhou (China), Busan (Coreia do Sul), Tianjin (China), Hong Kong (China) e Roterdã (Holanda).

Ainda que haja uma participação importante de portos de países periféricos nos volumes movimentados (em toneladas) – como El Callao (Peru), Santos (Brasil), Cartagena (Colômbia), Buenos Aires (Argentina) e outros, na América do Sul –, estes apresentam valores de comércio menores, pois há predomínio da movimentação de *commodities*. Além disso, as principais infraestruturas de transportes se concentram no Hemisfério Norte, sobretudo na Ásia, na Europa e nos Estados Unidos (Figura 1).



**Figura 1.** Principais rotas marítimas, infraestruturas de transportes e nós de tráfego marítimo.

No que se refere aos fluxos comerciais intrabloco, na década de 2010, o Mercosul apresentou redução (com maior intensidade a partir de 2015), sem embargo, mudanças menos significativas são verificadas no Nafta/USMCA e na União Europeia. O comércio regional/intrabloco é valoroso para os Estados Unidos e para a União Europeia, representando, nesta última, 60% do total em 2023 (Tabelas 6 e 7).

**Tabela 6.** Dinâmica do comércio intrabloco (% do comércio total).

Blocos regionais	Anos						
	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2022
União Europeia	64	61	64	61	60	60	60
Nafta/USMCA	38	40	37	36	35	34	30
Mercosul	18	20	20	17	15	11	11

Fonte: UN Comtrade Database (2024) e UNCTAD (2024).

**Tabela 7.** Principais parceiros comerciais dos Estados Unidos e da União Europeia em 2023.

País/Bloco	Principais parceiros comerciais*	(%)
Estados Unidos	México	15,6
	Canadá	15,5
	China	10,7
União Europeia	União Europeia	60
	Estados Unidos	15,2
	China	14,3

\* Consideram-se as exportações e as importações.

Fonte: Parlamento Europeu (2024); UN Comtrade Database (2024).

A crise econômica de 2008, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, a pandemia de Covid-19, o conflito Rússia-Ucrânia, as reestruturações das empresas, entre outros fatores, têm incitado as relações em âmbito regional (políticas, econômicas, comerciais, produtivas, investimentos, parcerias tecnológicas etc.). Tem-se um avanço/fortalecimento da regionalização, não apenas como resultado dos rearranjos e das ações das corporações, mas também como resposta dos Estados nacionais em face às transformações no cenário global. Esses episódios supracitados evidenciaram/evidenciam dificuldades na cadeia de suprimentos e no acesso a insumos, matérias-primas (inclusive de acesso crítico, como terras-raras), alimentos e bens industriais (como semicondutores), além de refletirem a concentração espacial da produção em poucos países e as desigualdades entre eles (Lins, 2023).

Problemas e limitações graves despontaram, como a queda da produção e a dificuldade de acesso aos semicondutores, a restrição ao petróleo e ao gás russo pela Europa Ocidental, os pontos de estrangulamento nos transportes rodoviário e ferroviário de cargas (interrupções nas rotas Ásia-Europa), a falta de insumos médico-hospitalares e vacinas para combater as infecções por Covid-19 e minimizar os casos graves e os óbitos (sobretudo nos países da ALC e da África), entre outros. Cabe ressaltar que, durante a pandemia, ficou evidente no Brasil a relevância de construir um parque industrial para atender as demandas da área da saúde. Até os materiais e os insumos mais simples usados no Brasil são importados da China, como luvas, seringas, máscaras e outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É equivocado conceber a globalização apenas considerando os aspectos quantitativos do comércio global, pois existem outras dinâmicas relevantes que precisam ser apontadas, como as mudanças históricas, estruturais e qualitativas em curso (Montiel, 2020). Nesse sentido, ressaltam-se os avanços tecnológicos e suas reverberações econômicas e sociais, caso, por exemplo, das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e do *Big Data*<sup>19</sup>. Durante a pandemia, as empresas *Big Tech* (Google, Facebook, Amazon, Microsoft, Apple etc.) tiveram lucros expressivos (Montiel, 2020), sobretudo em decorrência do isolamento social, do trabalho remoto e das aulas *online*. Portanto, a globalização vai muito além das relações comerciais, pois ela provoca reestruturações (produtivas, circulatórias, comerciais, tecnológicas, organizacionais etc.) e mudanças nas interações entre os Estados nacionais (novos acordos comerciais, de investimentos e de financiamentos, parcerias tecnológicas, políticas protecionistas etc.) e, por conseguinte, essas dinâmicas induzem a transformações na organização social e espacial.

A globalização exige a participação/atuação do Estado (caso, por exemplo, do forte incentivo às inovações e à C&T), e isso é notório principalmente considerando a China, a Coreia do Sul, a Índia, a Alemanha, a França, a Suíça, os países escandinavos e outros. As instituições internacionais – notadamente a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – definem diversas normas, regulações e medidas que provocam reflexos políticos, econômicos, financeiros e sociais, como as políticas e as ações militares, a imposição do neoliberalismo e da austeridade a diversos países, entre outros.

Além dos reflexos da crise de 2008, da reação protecionista de vários países (especialmente dos Estados Unidos, da União Europeia e da China), da guerra comercial Estados Unidos-China, da pandemia de Covid-19 e do conflito na Europa Oriental – que resultaram na redução relativa do comércio internacional – existem outras transformações em curso. Como exemplos, destacam-se a internacionalização econômica, a regionalização comercial e a difusão das inovações tecnológicas e organizacionais, que, consequentemente, provocam alterações na estrutura da economia global.

Há fatos contrários à ideia de que o mundo passa atualmente por um processo de “desglobalização”. Segundo Ferguson (2023), a desglobalização é uma “miragem” e ressalta dois aspectos: 1) o intenso comércio em algumas regiões, sobretudo entre os países da União Europeia e desta com os Estados Unidos, e na região da Ásia-Pacífico, mormente via transporte marítimo; e 2) a contínua globalização dos serviços. Ademais, o *international outsourcing* (a terceirização internacional) é um processo que se agudizou antes da crise de 2008 e ocorreu/ocorre em vários países (com diferentes intensidades), como na Índia, no Paquistão, no Leste Europeu, no Brasil e outros. Essa terceirização está relacionada precipuamente às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e envolve diversos serviços, como embalagem, montagem, logística, *telemarketing*, serviços e comércio plataformizados, produção de *softwares* etc., que se espalha em diferentes países do mundo. A internacionalização do setor de serviços é intimamente ligada às inovações tecnológicas e organizacionais e expressa três aspectos principais, quais sejam: a amplificação da terceirização, a desverticalização/horizontalização das atividades e a redução de custos por parte das corporações.

A tendência que apontava para uma “desglobalização” – fruto de uma série de *disruptive events*, significativos desde a década de 1990 (crise mexicana de 1994) até os dias atuais (conflitos comerciais e militares e reorganização multipolar do mundo) – não se concretizou. O que se evidencia, na verdade, é um

processo de “regionalização da economia global” ou de “regionalização da globalização”, com interações espaciais tanto mais curtas quanto, mesmo distantes, mais sólidas e abundantes. Exemplificamos esse processo neste artigo, a partir da análise da China e sua relação histórica com a ASEAN e países do Leste da Ásia (Coreia do Sul, Japão etc.), mas também em suas interações dentro do BRICS, BRICS+, *Belt and Road Initiative*, OCX e outros. Analisamos também índices associados ao desenvolvimento dos países do BRICS+ de modo mais geral, os quais, cada vez mais, travam entre si importantes interações espaciais no âmbito do comércio, da cooperação tecnológica, militar, cultural e outros.

Os indicadores que apresentamos neste artigo nos permitem afirmar que a mundialização do capital não está passando por um afluxo, mas somente por uma reorganização espacial das suas relações econômicas e políticas (geoeconômicas e geopolíticas). A ideia de “regionalização da globalização” pode parecer contraditória, se focalizarmos a “globalização” como um resultado unívoco de interconexões plenamente mundializadas. Isto é, de uma ampla relação de interações sociais e, por conseguinte, espaciais, de longo alcance e em múltiplos pontos e múltiplas direções. Entretanto, já foi comprovado que a globalização, na sua plenitude, nunca foi global/mundial nos seus aspectos políticos, culturais, sociais etc. Até economicamente as desigualdades são significativas, especialmente porque há uma porção de territórios e de pessoas à margem do processo civilizatório.

O legado de Donald Trump e de Joe Biden é o de antagonizar com aliados consolidados, minando o papel dos Estados Unidos como o protetor de uma ordem liberal internacional e prejudicando sua reputação, isto é, o estabelecimento de “compromissos confiáveis”. Destaca-se o Brexit, o conflito na Ucrânia, o apoio incondicional à Israel, os embargos econômicos contra Rússia, China, Venezuela, Cuba etc. Até mesmo as políticas relacionadas às mudanças climáticas – por mais que envolta em discussões pouco sólidas acerca do “aquecimento global” – regrediram nos Estados Unidos, sob a liderança de Donald Trump e, seguidamente, no governo de Joe Biden. Contudo, a China irrompe com um parque industrial de energia eólica *offshore*, com uma cadeia industrial completa, além do aumento da produção de energias renováveis (superior ao conjunto dos países desenvolvidos) e na liderança de pedidos globais de patentes verdes.

Os países da América Latina e Caribe sofrem os reflexos das mudanças externas e internas em curso (geopolíticas, geoeconômicas, neoliberalismo, imperialismo etc.). Destaca-se o crescimento significativo do comércio da região com a China, pois, em 2000, foi de 14 bilhões de dólares e, em 2022, totalizou 500 bilhões de dólares. O comércio entre a ALC e a China é, predominantemente, intersetorial e interindustrial: em 2022, 95% das exportações da região foram de matérias-primas, recursos naturais e manufaturas simples, enquanto 88% das exportações da China corresponderam a manufaturas de tecnologia baixa, média e alta (CEPAL, 2023).

Diante disso, ressaltam-se dois aspectos: 1) apesar da forte influência dos Estados Unidos na ALC, há um aumento expressivo do comércio, das parcerias e dos investimentos chineses na região nas duas últimas décadas; e 2) é importante que os países da ALC fomentem, a partir de uma política macroeconômica adequada, os investimentos (em equipamentos e serviços públicos, em distribuição de renda etc.), a atividade industrial, as inovações, as *joint ventures* estratégicas, entre outros, visando impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

Ainda assim, após os eventos disruptivos, mudanças profundas não ocorreram no sentido da consolidação da chamada “desglobalização”, a não ser em momentos passageiros, como, por exemplo, subsequente às crises de 2008 (bolha imobiliária) e 2019-2020 (pandemia da Covid-19). As potências emergentes, há duras

penas, passaram a tirar proveito de certos aspectos das regras comerciais existentes fomentadas pela OMC, passando a apoiá-las. Assim, ungiram a “globalização econômica”, enquanto, com o passar do tempo, as principais potências do centro do sistema capitalista – algumas delas perdendo capacidade produtiva e comercial –, estão se voltando paulatinamente contra essas regras, indo na direção de um nacionalismo econômico, estabelecendo barreiras comerciais no sentido de formatar uma regionalização econômica, além de estabelecer uma anarquia que vislumbra o domínio das relações internacionais pela capacidade geopolítica, ou seja, as regras da OMC, da ONU etc. já não se aplicam aos mais fortes.

Não há substancialidade na afirmação de que esse processo se conforma enquanto uma “desglobalização”. Na realidade, trata-se de um rearranjo de alguns elementos da economia, como o direcionamento dos fluxos do comércio internacional (cadeias de suprimentos), das cadeias globais de valor, do crescimento econômico de alguns Estados-nações (PIB e PIB-PPC) e, em especial, da reorganização da geopolítica global, com importantes agentes globais questionando a presente ordem unipolar. Essa ameaça ao atual *hegemon*, repleta de nuances contra-hegemônicas, envolve conflitos armados, guerras híbridas, assassinatos de agentes políticos, entre outros, além da ameaça ao “padrão ouro” (formulado no Consenso de Washington) e aos sistemas globais de pagamento (Swift, SEPA, CIPS e SPFS).

## NOTAS

4 A “ordem internacional baseada em regras”, ou seja, as regras que deveriam ser seguidas pelo mundo a partir da aparelhagem de governança global, como ONU, OMC, CIJ, FMI e outras, controladas pelos Estados Unidos.

5 As profundas discordâncias entre os países, na Rodada de Seattle da OMC (1999) e a derrota da ALCA, a partir do protagonismo do Governo Lula da Silva.

6 Para Bello (1999), o termo “desglobalização” denota uma espécie de ação contra-hegemônica a uma globalização controlada pelo imperialismo. Trata, portanto, o termo deglobalization de forma apenas metafórica, na esfera das “ações de auto-defesa econômica dos países” contra a globalização neoliberal.

7 O presidente George H. W. Bush mantinha relações pessoais com Deng Xiaoping desde 1976, buscando evitar que os incidentes da Praça Tiananmen abalassem suas relações com a China. Seguindo a doutrina geopolítica de Henry Kissinger divide et impera, entendia que a aliança com a China deveria ser mantida a qualquer custo, até que o “último tijolo” da URSS fosse retirado (Moniz-Bandeira, 2017). As boas relações entre esses países naquele momento, permitiram, entre outras, a histórica joint-venture que possibilitou a instalação de plantas da IBM em Shenzhen, ainda nos anos de 1990 e, assim, um aprendizado industrial de tecnologia da informação sem precedentes à China.

8 O Golfo de Áden, no Oceano Índico, conforma uma rota para o Mar Vermelho e o Canal de Suez, estratégicos para o tráfego de navios petroleiros provenientes do Golfo Pérsico em direção aos Estados Unidos, Europa e Japão.

9 Que busca: 1) desmantelamentos do Welfare State na própria Europa (por exemplo, a partir do “macronismo” na França e dos social-democratas e verdes na Alemanha); 2) controlar decisivamente fontes de matéria-prima com base em golpes de Estado na América Latina (já que a África está com a China!); 3) garrotear a esquerda mundial a partir de uma poderosa aparelhagem ideológica de “mordaça” às estruturas políticas nacionalistas (“identitarismo”, alinhando as esquerdas à agenda do “Imperialismo humanitário” do Partido Democrata).

10 Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) mede o valor total de bens e serviços produzidos em uma economia em termos monetários, o PIB-PPC leva em consideração as diferenças nos preços de bens e serviços entre os países, proporcionando uma visão mais precisa das economias em termos reais.

11 Dólares internacionais para o cálculo do PIB-PPC.

12 Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul formam os BRICS e o BRICS+ conta também com Arábia Saudita (que atua pouco e tem se posicionado mais como um observador), Emirados Árabes Unidos, Egito, Irã e Etiópia.

13 O G7 é formado pelo Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido, considerados, no passado, os países mais industrializados do mundo (a União Europeia também está representada). Entretanto, o atual ranking dos países mais industrializados é um pouco diferente. O G7 é hoje uma expressão mais enxuta do “Império do capital” e seus “Estados múltiplos”, conforme destacou Ellen Wood (2014).

14 O G20-B é o conjunto de 13 países (Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, e Turquia), ou seja, retirados os países que participam do BRICS+. Dos 10 (dez) países do BRICS+ apenas Emirados Árabes, Egito, Irã e Etiópia não fazem parte do G20. Por outro lado, países do G20, como Brasil, Índia, Argentina, África do Sul, China, Indonésia, México, Rússia e Turquia eram considerados, na década de 1990, Países em Desenvolvimento (PED) ou do Leste, como bem avalizou Chesnais (1996), ficando, portanto, fora da lista de países desenvolvidos (concentravam a maior parte do comércio internacional).

15 Desde que a “Iniciativa Um Cinturão, Uma Rota” foi lançado, em 2013, a China – com projetos multibilionários de infraestrutura na Ásia, África, Europa e América – assinou acordos de cooperação com mais de 150 países e 30 organizações internacionais, promovendo mais de 3 mil projetos de referência, mobilizando quase US\$ 1 trilhão de inversões em todo o mundo, cunhando mais de 420 mil empregos nos países com que cooperou (Peng, 2024).

16 O quesito “locação e serviços empresariais” refere-se a um conjunto de atividades que vão desde aluguel de equipamentos (máquinas industriais, de transporte e para o comércio), locação de imóveis para a indústria e o comércio e maquinaria pesada, a serviços de suporte administrativo, logística, gestão de propriedades, publicidade etc. (China Statistical Yearbook, 2023).

17 A proibição incidia sobre quaisquer firmas, em qualquer lugar do mundo, de fornecer chips para a Huawei ou qualquer uma de suas subsidiárias sem que, primeiramente, obtivessem uma licença do Governo dos Estados Unidos (Moreira, 2022).

18 Se substituiu o display fabricado pela Samsung, pelo da empresa chinesa BOE Technology, o que representa 30% do valor do smartphone (Moreira, 2022).

19 O Big Data tem uma capacidade impressionante de acumular e organizar dados e informações, incluindo valores, vídeos, áudios, interações (sociais, econômicas e comerciais), entre outros, sendo muito utilizado pelas grandes corporações e pelos governos.

## **REFERÊNCIAS**

ACOSTA, P. **Comércio, integração regional e colaboração.** Organização das Nações Unidas (ONU). 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/186943-artigo-com%C3%A9rcio-integra%C3%A7%C3%A3o-regional-e-colabora%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ADB - Asian Development Bank. **Key Indicators Database**. Global Value Chains. 2024. Disponível em: <https://kidb.adb.org/themes/global-value-chains>. Acesso em: 30 jul. 2024.

AGUILAR, S. L. C.; FAKHOURI, R. M. M. Mar do Sul da China: um histórico de disputas. In: **Revista de História Regional**, n. 24, v. 2, 2019, p. 303-324.

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Dados estatísticos**. 2024. Disponível em: <https://anfavea.com.br/site/edicoes-em-excel/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ASEAN - ASEAN BUSINESS PARTNERS. ASEAN: **The Solution to the semiconductor shortage**. Disponível em: <https://bizasean.com/asean-the-solution-to-the-semiconductor-shortage/#>. Acesso em 07 ago. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Dados abertos e séries estatísticas históricas**. 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BELLO, W. F. **Deglobalization**: ideas for a new world economy. London: Zed Books, 2002.

BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BERGEIJK, P. A. G. van. **Deglobalization 2.0**: trade and openness during the Great Depression and the Great Recession. Cheltenham: Edward Elgar, 2019.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Estudo econômico da América Latina e do Caribe**: dinâmica e desafios do investimento para impulsionar uma recuperação sustentável e inclusiva. 2022. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/d358e1bc-04c0-4e02-8d29-fc662ea4ddbd/content>. Acesso em: 31 maio 2024.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **O comércio regional diante de uma encruzilhada**: diversificação e integração em um contexto global de baixo crescimento. 2015. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/o-comercio-regional-diante-encruzilhada-diversificacao-integracao-contexto-global-baixo>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CHANG, H. J. **Maus samaritanos**: o mito do livre comércio e a história secreta do capitalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo**. São Paulo: Xamã, 2003.

CHINA. Comitê Central do Partido Comunista. **Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre um maior aprofundamento integral da reforma em busca da modernização chinesa**. Aprovada na 3ª sessão plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://portuguese.news.cn/20240721/02212abd1b844479b5d2f3577d64be0a/c.html>. Acesso em: 08 ago. 2024.

COMTRADE. United Nations Comtrade Database. **Dados estatísticos sobre o comércio global**. 2024. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/TradeFlow>. Acesso em: 19 jul. 2024.

FLORÊNCIO, S. A. L.; ARAÚJO, E. H. F. **Mercosul hoje**. São Paulo: Alfa Ômega, 1995.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **World Economic and Financial Surveys**: World Economic Outlook Database. 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Dados estatísticos sobre o PIB e**

**o comércio global.** 2024. Disponível em: [https://www.iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque\\_iedi\\_20231204.html](https://www.iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque_iedi_20231204.html). Acesso em: 22 jul. 2024.

JABBOUR, E. K. China: desenvolvimento e socialismo de mercado. In: **Cadernos Geográficos. Florianópolis**: LABEUR, GCN, CFH, UFSC, 2020.

JAMES, H. Deglobalization: the rise of disembedded unilateralism. In: **Annual Review of Financial Economics**, v. 10. Princeton, 2018, p. 219-237. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-financial-110217-022625>. Acesso em: 25 jul. 2024.

KARUNARATNE, N. D. The Globalization-Deglobalization Policy Conundrum. In: **Forthcoming in Modern Economy**, v. 3, n. 4. Queensland, July 2012, p. 373-383. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2096758](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2096758). Acesso em: 09 ago. 2024.

KOF – Swiss Economic Institute. **Globalisation Index**. Is Globalisation at its end? Zurich. 2024. Disponível em: <https://kof.ethz.ch/en/forecasts-and-indicators/indicators/kof-globalisation-index.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LINS, H. N. Globalização em maré vazante? Apontamentos sobre economia e política em escala mundial no alvorecer do século XXI. In: XVI Encontro de Economia Catarinense. **Anais**[...]. Blumenau, 2023. Disponível em: [artigo-ec967fb5929cbc29a23fcc3b46026c0958d19adc-segundo\\_arquivo.docx](https://drive.google.com/file/d/1Xc967fb5929cbc29a23fcc3b46026c0958d19adc-segundo_arquivo.docx). Acesso em: 12 jul. 2024.

LIRA, R. **Davos**: Historiador Niall Ferguson diz que tese de desglobalização é “miragem”. Fórum Econômico Mundial. 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/davos-historiador-niall-ferguson-diz-que-tese-de-desglobalizacao-e-miragem/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

LOSURDO, D. **A linguagem do Império**: léxico da ideologia estadunidense. São Paulo: Boitempo, 2010.

LOSURDO, D. **Fuga da História?** A revolução russa e a revolução chinesa vista de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MARCATO, M.B.; BALTAR, C.T.; SARTI, F. Upstreamness, exports and international competitiveness: lessons from the case of China. In: **Nova Economia**, v. 33, n. 1, 2023, p. 37-64. Acesso em: 06 ago. 2024.

MEDEIROS, C. A. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. In: **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/ckBJZnLqVSRYc8wSShkJqCh/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

MEDEIROS, C. A. A dinâmica da integração produtiva asiática e os desafios à integração produtiva do Mercosul. In: **Análise Econômica**. v. 29 n. 55, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/13381/12501>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MONIZ-BANDEIRA, L. A. **A segunda guerra fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. Das rebeliões na Eurásia à África no Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MONTIEL, P. Desglobalização ou globalização diferente? In: **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)**, Boletim n. 27, 2020. Disponível em: <https://ippur.com.br/desglobalizacao-ou-globalizacao-diferente/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MORAIS, I. N. Cadeias produtivas globais e agregação de valor: a posição da China na indústria eletroeletrônica de consumo. In: Revista Tempo do Mundo. **Rev. Tempo do Mundo**, v. 4, n. 3, 2012,

p. 5-46. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6305>. Acesso em 03 ago. 2024.

MOREIRA, U. Catch-up tecnológico e superação da armadilha da renda média: o caso da China no setor de semicondutores. In: **Textos para Discussão IPEA**. n. 2789, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/td2789>. Acesso em: 07 ago. 2024.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **China Statistical Yearbook**, 1995-2023. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/yearbook/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ONU/CEPAL. **Perspectivas do comércio internacional da América Latina e do Caribe**. Mudanças estruturais e tendências no comércio mundial e regional: desafios e oportunidades. Santiago, 2023. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/4930acd1-85ec-4958-9520-f6bc88b57ef1/content>. Acesso em: 04 set. 2024.

PARLAMENTO EUROPEU. **Informações e dados sobre o comércio exterior da União Europeia**. 2024. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU\\_5.2.1.pdf](https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_5.2.1.pdf). Acesso em: 18 jul. 2024.

PENG, Y. **A economia chinesa em 2024**: “energia positiva” para a economia mundial. Artigo do cônsul geral da China em São Paulo, Yu Peng, destaca a relação com o Brasil e as oportunidades de investimento. Exame, São Paulo, 24 fev. 2024. Disponível em: <https://exame.com/mundo/a-economia-chinesa-em-2024-energia-positiva-para-a-economia-mundial/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior. **Dados estatísticos**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVEIRA, M. R. A competitividade territorial: alguns elementos para discussão. In: **Entre-Lugar**, v. 11, n. 21, 2020, p. 45-74. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/12048>. Acesso em: 02 ago. 2024.

UIBE - University of International Business and Economics; ADB - Asia Development Bank, 2024.

UN COMTRADE Database. **Dados comerciais**. 2024. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **Dados estatísticos**. 2022, 2024. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **World Investmet Report 2020**. New York: United Nations, 2020. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020_en.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.

WITT, M. De-globalization: Theories, predictions, and opportunities for international business research. In: **Journal of International Business Studies**, v. 50, n. 7. Singapore, 2019, p. 1053-1077. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41267-019-00219-7?vid=190>. Acesso em: 05 ago. 2024.

WOOD, E. M. **O império do capital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.

YEO, L. H. Institutional regionalism versus networked regionalism: Europe and Asia compared. In: **International Politics**, v. 47, n. 3/4, 2010, p. 324-337.